Fasul Educacional EaD
Rua Dr. Melo Viana, nº. 75 - Centro - Tel.: (35) 3332-4560
CEP: 37470-000 - São Lourenço - MG

FASUL EDUCACIONAL
(Fasul Educacional EaD)

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EM GESTÃO PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EM GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA:
CRIATIVIDADE E GESTÃO DE IDEIAS PARA INOVAÇÃO

RESUMO

Desde o fim do século XX, o tema “criatividade para a inovação” se consolidou como estratégico para a sobrevivência das empresas tanto em tempos de turbulência quanto para a competitividade global. A criatividade também vem sendo abordada no âmbito da gestão estratégica do conhecimento como de extrema importância para a inovação tecnológica empresarial (criatividade como uma das alavancas do conhecimento para a inovação). “Mais do que um fenômeno global, a gestão do conhecimento se consolidou, em fins do século passado, como fator crítico de sucesso para a criação eficaz de vantagens competitivas nas organizações” (Sbragia et al, 2006,p. 79).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
O QUE É CRIATIVIDADE?
FISIOLOGIA DO PROCESSO DE CRIATIVIDADE
PERSONALIDADE E CRIATIVIDADE
FACILITADORES E BLOQUEADORES INDIVIDUAIS À CRIATIVIDADE
A MUDANÇA NO MINDSET: TENSÃO PSÍQUICA

AULA 2
SURGIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO
COMPONENTES DO PROCESSO CRIATIVO
MAPEANDO O CENÁRIO E A BUSCA POR INSPIRAÇÕES
ANÁLISE INOVADORA
CRIAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES

AULA 3
OBJETIVOS DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE
BRAINSTORMING NA BASE DE TODAS AS TÉCNICAS
REVERSE BRAINSTORMING
BRAINWRITING NA GERAÇÃO DE IDEIAS

AULA 4
TÉCNICA S.C.A.M.P.E.R.
TÉCNICA P.N.I. (POSITIVO, NEGATIVO E INTERESSANTE)
SEIS CHAPÉUS PENSANTES E SEIS SAPATOS ATUANTES
TÉCNICA DO MINDMAPPING
TÉCNICA T.R.I.Z. (TEORIA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS)

AULA 5
CRIATIVIDADE NO SUPORTE À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL
CRIATIVIDADE PARA INOVAÇÃO
OBJETIVOS DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA
DIFUSÃO DA CULTURA DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA
GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTE CRIATIVO

AULA 6

ATMOSFERA CRIATIVA: CRIANDO A ORGANIZAÇÃO INOVADORA
CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO INOVADORA
FACILITADORES E BLOQUEADORES DA CRIATIVIDADE NAS EMPRESAS
A CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO
DESAFIOS DA CRIATIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA LIDERANÇA

BIBLIOGRAFIAS

- ADER – AGENCIA DE DESAROLLO ECONÓMICO REGIONAL DE LA RIOJA (Coord.). Manual de Criatividade Empresarial. Faro: Universidade do Agrave; CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve, 2010. Disponível em: http://www.cria.pt/media/1366/manual-creatividade-portugues_pt_web.pdf.
- BATISTA, F. F. Caso empresa Matsushita Eletric Industrial Company. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/observatorio/casoteca/105-casoteca/casos-de-gestao-do-conhecimento/132-a-criacao-do-conhecimentoorganizacional-o-caso-da-matsushita-electric-industrial-company.
- DERRISO FILHO, C. O declínio da criatividade. Disponível em: https://celsofdf.wordpress.com/tag/o-declinio-da-criatividade/.

DISCIPLINA:

ÉTICA, GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

RESUMO

Este material objetiva refletir sobre alguns dos conceitos necessários para a vivência em sociedade – a vida na pólis –, destacamos os de ética, oral e moralidade para que, ao compreender suas funções e distinções conceituais, possamos pensar de modo mais aprofundado sobre sua importância na vida cotidiana dos sujeitos e das sociedades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE ÉTICA
CONCEITOS DE MORAL
CONCEITOS DE MORALIDADE
CONCEITOS, DISTINÇÕES E IMPLICAÇÕES ENTRE ÉTICA E POLÍTICA NA SOCIEDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO
O PROGRESSO MORAL
CARÁTER HISTÓRICO DA MORAL
O PROGRESSO MORAL E O PROGRESSO HISTÓRICO SOCIAL – CARACTERÍSTICAS E DESENVOLVIMENTO
PROGRESSO MORAL E PROGRESSO HISTÓRICO-SOCIAL: EM FACE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E DA VIDA NA PÓLIS

AULA 3

INTRODUÇÃO
RELAÇÕES ENTRE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
ORIGENS DO CONCEITO DE GESTÃO PÚBLICA
NOVAS MODALIDADES DE GESTÃO: PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO

PÚBLICA
FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 4
INTRODUÇÃO
A EXCELÊNCIA E A EFICIÊNCIA: IMPRESCINDÍVEIS À TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA PÚBLICA
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E SUAS DECORRÊNCIAS
OS PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS E A TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA
O IMPACTO DA ÉTICA E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE GLOBAL NO CONTEMPORÂNEO

AULA 5
INTRODUÇÃO
A VIVÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE PÚBLICA
A LEGALIDADE, A VERACIDADE E A TRANSPARÊNCIA COMO CONSTITUTIVOS DA ÉTICA NA VIDA PÚBLICA
A LEI N. 12.527/2011 E O ACESSO A INFORMAÇÕES E SEUS ASPECTOS ÉTICOS-MORAIS
A QUESTÃO DA TRANSPARÊNCIA E DA ETICIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E O PROGRAMA BRASIL TRANSPARENTE

AULA 6
INTRODUÇÃO
FATORES ESSENCIAIS ÀS NOVAS PRÁTICAS DE GESTÃO PÚBLICA
O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA E A LEI N. 12.527/2011
A NOVA CONCEPÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E AS PRÁTICAS DA COMPLIANCE
TRANSPARÊNCIA, COMPLIANCE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E ALGUMAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS AO GESTOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- RODRIGUES, Z. A. L. Ética, cidadania e responsabilidade social nas instituições educativas. Curitiba: Camões, 2008.
- SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2006.
- MORIN, E. O método 6: a ética da Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.

DISCIPLINA:
ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NO SETOR PÚBLICO

RESUMO

A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante

nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONTROLE INTERNO E EXTERNO
GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA
ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)

AULA 2
INTRODUÇÃO
INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE BALANÇOS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO)
BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF)
BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)

AULA 3
INTRODUÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)
NOTAS EXPLICATIVAS (NE)
CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO

AULA 4
INTRODUÇÃO
ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA
ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO
ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA
ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO

AULA 5
INTRODUÇÃO
RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL
COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL
COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO
INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6
INTRODUÇÃO
GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO
NECESSIDADES DA COMUNIDADE
RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 4320, de 17 de março de 1964. Institui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos

Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.

- BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.
- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=101&ano=2000&ato=fe3UzYU1EMNpWTcee.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO
A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO
ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA
GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL
PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA
FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA
INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS
CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

PARTICIPATIVO

AULA 5
INTRODUÇÃO
O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AULA 6
INTRODUÇÃO
DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO
CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO
PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- SANTOS, C. S dos. Gestão pública participativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COSTA, L. de F. L. G.; CAMELO, G. L. P. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. Holos, ano 26, v. 2, 2010. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327.
- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. Rio de Janeiro: Método, 2012

DISCIPLINA:
GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

A temática do compliance vem sendo bastante discutida, tanto no âmbito corporativo quanto na seara acadêmica. Se antes apenas grandes empresas com ações negociadas em bolsas de valores e instituições financeiras se preocupavam com o compliance, hoje milhares de organizações, de diferentes setores, independentemente do porte e mesmo sem finalidade lucrativa, também estão implantando modelos de compliance em seus ambientes institucionais. Veremos então que a discussão em torno do compliance é recente no Brasil e veio à tona quando graves escândalos de corrupção envolvendo a administração pública começaram a ser revelados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
TEORIAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
OS QUATROS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA
A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL
MECANISMOS DE CONTROLE

AULA 2
INTRODUÇÃO
PROGRAMA DE COMPLIANCE/INTEGRAÇÃO
COMPLIANCE NA ÁREA DA SAÚDE
RESPONSABILIDADES NA LEI ANTICORRUPÇÃO Nº 12.846 DE 2013
ACORDO DE LENIÊNCIA

AULA 3
INTRODUÇÃO
ISO 19600 DE 2014 E ISO 37001 DE 2016
ISO 45001 DE 2018 (SSISTEMAS DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL)
COMPLIANCE NA SAÚDE OCUPACIONAL
CONFORMIDADE E INTEGRIDADE NA ÁREA DA SAÚDE

AULA 4
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE RISCOS NAS ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES
MODELO COSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS
PRINCIPAIS RISCOS E CONTROLES CORPORATIVOS
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

AULA 5
INTRODUÇÃO
O DIREITO CONSTITUCIONAL À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE
A LGPD BRASILEIRA: CONCEITOS, APLICAÇÃO, PRINCÍPIOS; AGENTES E HIPÓTESES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS
OS DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS E A SISTEMÁTICA DE RESPONSABILIDADES E SANÇÕES DA LGPD
AS APLICAÇÕES DA LGPD AO SETOR DE SAÚDE

AULA 6
INTRODUÇÃO
COMPLIANCE E ERRO MÉDICO – RESPONSABILIDADE CIVIL
COMPLIANCE CRIMINAL NA ÁREA DA SAÚDE – RESPONSABILIDADE PENAL
COMPLIANCE REGULATÓRIO
COMPLIANCE CONTRATUAL/TRABALHISTA

BIBLIOGRAFIAS

- VENTURA, L. H. C. O compliance na área da saúde. Jus.com.br, jun. 2018. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/66728/o-compliance-na-area-dasaude.
- ENTRE 20 e 40% dos gastos com saúde no mundo são desperdiçados, diz OMS. Veja, 22 nov. 2010. Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/entre-20-e-40-dos-gastos-com-saude-no-mundo-sao-desperdicados-diz-oms/.
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Programa de integridade: diretrizes para empresas privadas. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-deintegridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf.

DISCIPLINA:
FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

RESUMO

Caro aluno, nesta disciplina vamos apresentar assuntos interessantes que impactam a nossa vida. Você é nosso convidado para refletir sobre temas que dizem respeito à gestão das finanças públicas. Vamos lá? Começamos com uma pergunta: quando começa a nossa relação com o setor público? Bem, o setor público está associado à prestação de serviços pelo Estado, aos cidadãos de um país. Desde o momento em que acordamos, nos

relacionamos com diversos serviços prestados pelo Estado, de forma direta ou indireta: ao acordar, ligamos o interruptor para iluminar a casa, vamos tomar banho, escovar os dentes, fazer e tomar café da manhã e nos preparamos para sair (para o trabalho ou para os estudos). Depois, pegamos o transporte público ou nosso veículo próprio e chegamos ao nosso destino matinal. Consegue perceber quando começa a nossa relação com o setor público?

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
FINANÇAS PÚBLICAS: DEFINIÇÃO E TEORIA
ESPÉCIES DE ORÇAMENTOS
FUNÇÕES DO GOVERNO
FONTE NORMATIVA DO DIREITO FINANCEIRO BRASILEIRO

AULA 2
NATUREZA JURÍDICA DO ORÇAMENTO BRASILEIRO
CICLO ORÇAMENTÁRIO
PLANO PLURIANUAL (PPA)
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

AULA 3
PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS EXPLÍCITOS NA LEI N. 4.320/1964
PRINCÍPIO DO ORÇAMENTO BRUTO E DA DISCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE
PRINCÍPIO DA NÃO AFETAÇÃO DAS DESPESAS
OUTROS PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

AULA 4
HISTÓRICO E OBJETIVOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (INFLUÊNCIAS INTERNAS E EXTERNAS E IMPLANTAÇÃO DA LEI)
PRINCÍPIOS DA LRF
LICITAÇÕES PÚBLICAS: CONCEITOS E OBRIGATORIEDADE
MODALIDADES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS
LICITAÇÃO DISPENSADA E LICITAÇÃO DISPENSÁVEL

AULA 5
CRIMES DE RESPONSABILIDADE E CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS
GOVERNANÇA NO SETOR PÚBLICO
GESTÃO DE RISCOS
COMPLIANCE (PROGRAMA DE INTEGRIDADE DO GOVERNO FEDERAL)
PERSPECTIVAS FUTURAS NA ÁREA DE CONTROLE (INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA, INTERNET DAS COISAS ETC.)

AULA 6
AUDITORIA GOVERNAMENTAL (FINALIDADE, OBJETIVOS E ABRANGÊNCIA): NBASP 100 – CORRESPONDENTE À ISSAI 100
AUDITORIA GOVERNAMENTAL: NBASP NÍVEIS 1, 2 E 3
NBASP 3000 – NORMA PARA AUDITORIA OPERATIONAL; NBASP 300 – ISSAI 300

NBASP 4000 – NORMA PARA AUDITORIA DE CONFORMIDADE
NBASP 200 – ISSAI 200 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS PARA UMA AUDITORIA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Glossário de Termos. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/sobre/glossario-do-tesouro-nacional. .
- PALUDO, A. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.

DISCIPLINA:
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPORTADA POR TIC
SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL
SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE RISCOS
OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS
TRATAMENTO DOS RISCOS
GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3
INTRODUÇÃO
ÁREAS DE CONTROLE
CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4
INTRODUÇÃO
CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5
INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6
INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju.
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- KIM, D. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE PÚBLICA

RESUMO

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS
ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)

AULA 2
INTRODUÇÃO
REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS
ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO

AULA 3
INTRODUÇÃO
INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO
RECEITA PÚBLICA
DESPESA PÚBLICA
ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

AULA 4
INTRODUÇÃO
ESTRUTURA DO PCASP
NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL
LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE
SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

AULA 5
INTRODUÇÃO
COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 6
INTRODUÇÃO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Decreto n. 6.976, de 7 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, p. 15, 8 out. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm.
- Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Diário Oficial da União, Brasília, 27 mar. 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm.

DISCIPLINA:
INOVAÇÃO E BOAS PRÁTICAS NA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

A Administração Pública está inserida em um ambiente excessivamente complexo, em que as mudanças acontecem de maneira imprevisível e com um ritmo acelerado. Em virtude disso, a amplitude das diversidades de fatores internos e externos influenciam o desempenho organizacional. Neste contexto, a Administração Pública deve estar sempre inovando e apresentando as boas práticas no gerenciamento da coisa pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO

ESTADO, GOVERNO E NAÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS
SERVIÇOS PÚBLICOS
FALHAS DE GOVERNO

AULA 2
INTRODUÇÃO
MODELO BUROCRÁTICO DE ADMNISTRAÇÃO PÚBLICA
MODELO GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS MODELOS BUROCRÁTICO E GERENCIAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NOVA GESTÃO PÚBLICA NAS REFORMAS SOCIAL-DEMOCRÁTICA E SOCIAL-LIBERAL

AULA 3
INTRODUÇÃO
VALORES UNIVERSAIS
ÉTICA E CIDADANIA NA GESTÃO PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO E A LEI Nº 12.527/2011
A ÉTICA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

AULA 4
INTRODUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ORIENTADA PARA A GESTÃO POR RESULTADOS
GOVERNABILIDADE, GOVERNANÇA E ACCOUNTABILITY
O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

AULA 5
NTRODUÇÃO
ESTRUTURAÇÃO DO CUSTOMER SUCCESS
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)
PAPEL DO PARLAMENTO NA EFICÁCIA DO DESENVOLVIMENTO E NOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AULA 6
INTRODUÇÃO
ODS 1 E ODS 5
ODS 9 E ODS 10
MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E PARCERIA GLOBAL
ESTRATÉGIAS PARA INCORPORAR A AGENDA 2030 NO BRASIL

BIBLIOGRAFIAS

- BRUDEKI, N. M.; BERNARDI, J. Gestão de serviços públicos. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- BUGARIM, M. C. C. et al. Gestão pública responsável. Curitiba: Juruá, 2011.

- CASTRO, A. C.; CASTRO C. O. Gestão pública contemporânea. Curitiba: InterSaberes, 2014.
- DAGNINO, R. P. Planejamento estratégico governamental. Florianópolis: UFSC, 2009. 166p.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE PESSOAS

RESUMO

Neste material iremos abordar introdução à gestão de pessoas, visão geral da gestão de pessoas; papel da área de recursos humanos; processo evolutivo da gestão de pessoas; gestão de pessoas no Brasil; tendências e perspectivas para a gestão de pessoas; planejamento estratégico de RH; gestão de talentos; processos de movimentação de pessoas, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas, avaliação de desempenho e valorização de pessoas; gestão por competências; processos de orientação e acompanhamento de pessoas; educação corporativa; desenvolvimento organizacional; segurança e saúde no trabalho; qualidade vida no trabalho; motivação e retenção de talentos; gestão por competências; mapeamento e implantação de competências; ética na gestão de pessoas; indicadores de recursos humanos e consultoria em recursos humanos, tendências e desafios em recursos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
EVOLUÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES
PARTICULARIDADES DA GESTÃO DE PESSOAS NO CONTEXTO ATUAL
TENDÊNCIAS FUTURAS DA GESTÃO DE PESSOAS
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

AULA 2
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE CARREIRAS, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS
QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE OCUPACIONAL
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 3
INTRODUÇÃO
MODELOS E TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NA PRÁTICA

AULA 4
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE TALENTOS
LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL
GERENCIAMENTO DE CONFLITOS

AULA 5
INTRODUÇÃO

GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS
GESTÃO DO CAPITAL CULTURAL
ÉTICA NA GESTÃO DE PESSOAS
INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

AULA 6
INTRODUÇÃO
GESTÃO DE EQUIPES MULTICULTURAIS
NOVOS PARADIGMAS NA GESTÃO DE PESSOAS
PRÁTICAS INOVADORAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PRÁTICAS INOVADORAS DE GESTÃO DE EQUIPES

BIBLIOGRAFIAS

- MARQUES, J. R. A importância da gestão de pessoas nas organizações. Portal IBC, 14 set. 2018. Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/rhgestao-pessoas/importancia-gestao-pessoas-organizacoes/. Acesso em: 29 maio 2019.
- ABREU, V. Por mais líderes com mindset digital e colaborativo. Revista Melhor, ano 25, n. 362, p. 14, 2018.
- BARRETT, R. A organização dirigida por valores: liberando o potencial humano para a performance e a lucratividade. São Paulo: Alta Books, 2018.

DISCIPLINA:
POLÍTICA DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

RESUMO

Neste material serão abordados: evolução histórica do trabalho, conceituação, movimentos sociais, sentido e significado do trabalho, saúde coletiva, política nacional da saúde do trabalhador, assédio moral, transtornos mentais e nexo causal com o trabalho. Aspectos clínicos da saúde do trabalhador: principais transtornos mentais: síndrome do esgotamento profissional burnout, depressão, ansiedade entre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
INTRODUÇÃO
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO – A TRANSFORMAÇÃO DO SIGNIFICADO
O TRABALHO NA PRÉ-HISTÓRIA
O TRABALHO NA HISTÓRIA
O TRABALHO NA IDADE MODERNA

AULA 2
INTRODUÇÃO
A ALIENAÇÃO AO TRABALHO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS X O PAPEL DO ESTADO
MOVIMENTOS SOCIAIS E OS PRIMEIROS SINDICATOS
A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS E SUA CONSOLIDAÇÃO
POR QUE A PSICOLOGIA DEVE ESTUDAR O TRABALHO?

AULA 3
INTRODUÇÃO
CUIDAR DA SAÚDE DE QUEM TRABALHA É UM DIREITO SOCIAL
ÁREA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

DESAFIOS NA PRÁTICA DA POLÍTICA DA SAÚDE DO TRABALHADOR
SAÚDE DO TRABALHADOR: ASPECTOS PÚBLICOS

AULA 4
INTRODUÇÃO
CONCEITOS DE DOENÇA E SAÚDE
FATORES CONDICIONANTES DA SAÚDE
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PROFILÁTICO
SAÚDE DO TRABALHADOR

AULA 5
INTRODUÇÃO
PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADORES E TRABALHADORES
COMO AGIR EM CASO DE UM ACIDENTE OU DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO

AULA 6
INTRODUÇÃO
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
SOFRIMENTO NO TRABALHO
INVESTIGAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE
PRINCIPAIS DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

BIBLIOGRAFIAS

- Disponível em: https://uiamaket.files.wordpress.com/2015/03/estelle-2004-themeaning-of-work-in-modern-times-pdf.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019
- LANE, S. M.; CODO, W. Psicologia social – o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

DISCIPLINA:
GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO EM RH

RESUMO

Nesta disciplina vamos abordar os seguintes temas: Introdução à gestão de pessoas, visão geral da gestão de pessoas. Papel da área de recursos humanos. Processo evolutivo da gestão de pessoas. Gestão de Pessoas no Brasil. Tendências e perspectivas para a gestão de pessoas. Planejamento estratégico de RH. Gestão de talentos. Processos de movimentação de pessoas, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas, avaliação de desempenho e valorização de pessoas. Gestão por competências. Processos de orientação e acompanhamento de pessoas. Educação corporativa. Desenvolvimento organizacional. Segurança e saúde no trabalho. Qualidade vida no trabalho. Motivação e retenção de talentos. Gestão por competências. Mapeamento e implantação de competências. Ética na gestão de pessoas. Indicadores de recursos humanos, consultoria em recursos humanos, tendências e desafios em recursos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1
CONTEXTUALIZAÇÃO
INTRODUÇÃO À GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
PAPEL DO RH
GESTÃO DE RH NO BRASIL
TENDÊNCIAS DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
FINALIZANDO

AULA 2
CONTEXTUALIZAÇÃO
PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
GESTÃO DE TALENTOS
RECRUTAMENTO DE PESSOAS
SELEÇÃO DE PESSOAS
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
FINALIZANDO

AULA 3
CONTEXTUALIZAÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
MÉTODOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
EDUCAÇÃO CORPORATIVA
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
FINALIZANDO

AULA 4
CONTEXTUALIZAÇÃO
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO
SAÚDE NO TRABALHO
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
MOTIVAÇÃO NO TRABALHO
PROCESSOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO
FINALIZANDO

AULA 5
CONTEXTUALIZAÇÃO
NOÇÃO DE COMPETÊNCIAS
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS
MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS
FINALIZANDO

AULA 6
CONTEXTUALIZAÇÃO
INDICADORES DE RH
CONSULTORIA E AUDITORIA EM RECURSOS HUMANOS
FERRAMENTAS DE RH PARA GERENCIAR A ÉTICA
INDICADORES DE RH E BENCHMARKING

SISTEMAS DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO FINALIZANDO
BIBLIOGRAFIAS
● CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri; SP Manole 2014. ● DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. 3a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. ● PEQUENO, Álvaro. Administração de Recursos Humanos. 1a ed. São Paulo: São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.